**I - TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED) Nº \_\_\_\_/2021**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED)** | | |
| **1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA** | | |
| 1. **Unidade Descentralizadora e Responsável**   Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): Fundação Nacional de Artes - FUNARTE  Nome da autoridade competente: Tamoio Athayde Marcondes  Número do CPF: 103.211.197-62  Nome da Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Diretoria Executiva  Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Presidente, SIAPE: 1903597   1. **UG SIAFI**   Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: 403201  Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:  ***Observações:***   1. *Identificação da Unidade Descentralizadora e da autoridade competente para assinatura do TED; e* 2. *Preencher número da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED, no campo “b”, apenas caso a Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução tenha UG própria.* | | |
| **2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA** | | |
| 1. **Unidade Descentralizada e Responsável**   Nome do órgão ou entidade descentralizada: Universidade Federal do Rio de Janeiro  Nome da autoridade competente: Denise Pires de Carvalho  Número do CPF: 875.998.487-20  Nome da Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: Escola de Música da UFRJ  Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Reitora, : SIAPE 6366005   1. **UG SIAFI**   Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: 153115  Número e Nome da Unidade Gestora -UG responsável pela execução do objeto do TED:  ***Observações:***   1. *Identificação da Unidade Descentralizada e da autoridade competente para assinatura do TED; e* 2. *Preencher número da Unidade Gestora responsável pela execução do objeto do TED, no campo “b”, apenas caso a Unidade Responsável pela execução tenha UG própria.* | | |
| **3. OBJETO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA:**  Observação: Descrição sucinta do objeto pactuado.  PROJETO BANDAS: SISTEMA PEDAGÓGICO DE APOIO ÀS BANDAS DE MÚSICA – FASE I  A história da bandas de música no Brasil se confunde com a história do desenvolvimento cultural da grande maioria das cidades do país, com atuação imprescindível nos festejos populares, cívicos, religiosos, e entretenimento da população. No entanto, mesmo com toda tradição e uma enormidade de obras escritas para a formação, a falta de modelos pedagógicos e de pesquisas aplicadas afastaram a banda de música do processo de educação musical. De igual forma, a pouca produção de literatura específica e a falta de capacitação de arranjadores e compositores para que escrevessem de forma mais adequada às bandas de música, impactou negativamente na própria construção de um padrão de ensino musical, consequentemente negligenciando de forma indireta a formação de toda uma nova geração de músicos. Inovações artísticas, inclusão de novas metodologias de ensino, melhores técnicas de ensaios, tecnologias modernas na criação de novo repertório, etc., são conceitos que devem ser discutidos e incorporados no dia a dia das bandas de música, bandas sinfônicas, bandas marciais, etc., para que se possa dar suporte aos novos músicos, maestros, educadores musicais, produtores, etc., sabendo que estas pessoas são hoje ainda crianças e jovens ávidos por informação.  Em 1976 foi criado pela FUNARTE o Projeto Bandas, com o propósito de atuar no desenvolvimento de uma série de ações positivas para as bandas, o que envolvia aprimoramento de mestres e instrumentistas, edição de partituras e doação de instrumentos musicais. Dentre estas ações, destaque para o Painel Funarte de Bandas de Música, com cursos intensivos de capacitação para regentes e instrumentistas de sopro e de percussão, participantes das tradicionais bandas de música. Os cursos, em formato de oficinas musicais, passaram a ser realizados pelas regiões brasileiras. Foram priorizadas as macrorregiões com maior atividade cultural com as bandas de música para que o maior número de interessados pudessem participar. As oficinas atuaram também na integração local dos músicos, regentes e arranjadores.  O PROJETO BANDAS: SISTEMA PEDAGÓGICO DE APOIO ÀS BANDAS DE MÚSICA – FASE I tem por objetivo dar um passo adiante em todo o processo, com foco no fortalecimento de uma rede de comunicação integrada entre as ações hoje em andamento no Brasil, sejam elas desenvolvidos por Estados, municípios ou por instituições culturais, bem como estimular a troca de experiências e iniciativas exitosas, com compartilhamento do conhecimento das diferentes realidades das regiões do país. A organização de um sistema pedagógico significa um olhar atento para a conciliação das práticas de ensino e das metodologias utilizadas pelas bandas de música em sua estruturação didática com foco na iniciação e formação de jovens músicos. A utilização do repertório, seja original, arranjo ou transcrição, pode ser um dos principais fatores de transformação e desenvolvimento pedagógico e artístico destas corporações musicais. Assim, o projeto irá se estruturar em três grandes eixos:   1. GESTÃO E DESENVOLVIMENTO TÉCNICO DE BANDAS DE MÚSICA    1. Desenvolver uma plataforma de comunicação, pesquisa e prática interpretativa para regentes, compositores, arranjadores e instrumentistas de sopros e percussão, através de um fórum permanente de discussão para a cooperação entre projetos de interesses comuns, que possam fortalecer os laços culturais e musicais dos países latino-americanos.    2. Disponibilizar dados sobre projetos musicais, e sobre a produção musical latino-americana para a banda sinfônica, banda de música e orquestra de sopros, bem como os resultados e discussões realizadas nos PAINÉIS FUNARTE DE BANDAS DE MÚSICA, SIMPÓSIO FUNARTE-UFRJ DE BANDAS DE MÚSICA e BIENAL FUNARTE DE BANDAS DE MÚSICA. 2. EDUCAÇÃO MUSICAL ATRAVÉS DA BANDA    1. Discussão sobre as ações de educação musical através da banda de música e banda sinfônica, em todo o Brasil e América Latina, com a utilização de métodos de ensino coletivo e repertório adequado, com criação de ação pedagógica (cursos presenciais e EaD).    2. Discussão sobre o processo de musicalização dentro da banda, através de planos pedagógicos estruturados para o encaminhamento aos instrumentos de sopros e percussão. Didática de ensino com instrumentos pré-banda (flautas, percussão) e a criação e utilização de métodos próprios, com desenvolvimento de rede de apoio e ações pedagógicas (encontros, cursos, EaD). 3. DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CRIAÇÃO DE REPERTÓRIO    1. Estímulo à criação de repertório de estilos variados para bandas de música e bandas sinfônicas, como forma de alavancar o desenvolvimento artístico através da prática musical.    2. Discussão e conscientização de compositores, arranjadores e regentes sobre a utilização dos padrões de níveis técnicos relacionados a composição e instrumentação para bandas de música e bandas sinfônicas iniciantes, intermediárias e avançadas, compatíveis com o padrão internacional, com desenvolvimento de rede de apoio e ações pedagógicas (cursos, simpósios, EaD).   Em razão dos efeitos da suspensão das temporadas artísticas e a lenta e gradual retomada das mesmas, como consequência da crise sanitária provocada pela pandemia do coronavírus Covid-19, a edição de 2021 da Bienal de Música Brasileira Contemporânea, promovida pela FUNARTE, precisará necessariamente se adaptar à tal realidade. A retomada das temporadas artísticas é orientada por protocolos sanitários que estabelecem um número limitado de músicos no palco, de modo a garantir um distanciamento de 1,5 m entre os mesmos.  A gestão administrativa e financeira do projeto “BANDA: SISTEMA PEDAGÓGICO DE APOIO ÀS BANDAS DE MÚSICA – FASE I” será realizada por fundação de apoio devidamente credenciada pela UFRJ, com a curadoria e assessoria técnica e artística da Escola de Música da UFRJ. Está previsto o pagamento de cachês artísticos , bem como as instalações artísticas terão suporte para o espaço presencial e para o ambiente virtual, com divulgação nas mídias sociais para promoção do projeto, e com o conteúdo disponibilizado em sítio de internet, com ações de ensino, pesquisa e extensão. | | |
| **4. OBRIGAÇÕES E COMPETÊNCIAS DOS PARTÍCIPES** | | |
| **4.1. Unidade Descentralizadora** | | |
| I - analisar e aprovar a descentralização de créditos;  II - analisar, aprovar e acompanhar a execução do Plano de Trabalho;  III - descentralizar os créditos orçamentários;  IV - repassar os recursos financeiros em conformidade com o cronograma de desembolso;  V - aprovar a prorrogação da vigência do TED ou realizar sua prorrogação, de ofício, quando necessário;  VI - aprovar as alterações no TED;  VII - solicitar Relatórios parciais de Cumprimento do Objeto ou outros documentos necessários à comprovação da execução do objeto, quando necessário;  VIII - analisar e manifestar-se sobre o Relatório de Cumprimento do Objeto apresentado pela Unidade Descentralizada;  IX - solicitar à Unidade Descentralizada que instaure a tomada de contas especial, ou promover diretamente a instauração, quando cabível;  X - emitir certificado de disponibilidade orçamentária;  XI - registrar no SIAFI o TED e os aditivos, mantendo atualizada a execução até a conclusão;  XII - prorrogar de ofício a vigência do TED quando ocorrer atraso na liberação de recursos, limitado ao prazo do atraso;  XIII - publicar os extratos do TED e termos aditivos no sítio eletrônico oficial, bem como disponibilizar a íntegra do TED celebrado e do Plano de Trabalho atualizado, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura; e  XIV - designar os agentes públicos federais que atuarão como gestores titulares e suplentes do TED, no prazo de vinte dias, contado da data da celebração do TED, devendo o ato de designação ser publicado no sítio eletrônico oficial.  XV - instaurar tomada de contas especial, quando cabível e a unidade descentralizada não o tenha feito no prazo para tanto.  XVI - suspender as descentralizações, na hipótese de verificação de indícios de irregularidades durante a execução do TED, com a tomada das providências previstas no art. 19 do Decreto nº 10.426/2020. | | |
| **4.2. Unidade Descentralizada** | | |
| I - elaborar e apresentar o Plano de Trabalho;  II - apresentar a Declaração de Capacidade Técnica necessária à execução do objeto;  III - apresentar a Declaração de Compatibilidade de Custos;  IV - executar os créditos orçamentários descentralizados e os recursos financeiros recebidos;  V - aprovar as alterações no TED;  VI - encaminhar à Unidade Descentralizadora:  a) Relatórios parciais de Cumprimento do Objeto, quando solicitado; e  b) o Relatório final de Cumprimento do Objeto;  VII - zelar pela aplicação regular dos recursos recebidos e assegurar a conformidade dos documentos, das informações e dos demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária e operacional;  VIII - citar a Unidade Descentralizadora quando divulgar dados, resultados e publicações referentes ao objeto do TED, quando necessário;  IX - instaurar tomada de contas especial, quando necessário, e dar conhecimento dos fatos à Unidade Descentralizadora;  X- devolver à Unidade Descentralizadora os saldos dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados e os recursos financeiros não utilizados, conforme disposto no § 1º do art. 7º do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020;  XI - devolver os créditos orçamentários e os recursos financeiros após o encerramento do TED ou da conclusão da execução do objeto, conforme disposto no § 2º do art. 7º do Decreto nº 10.426, de 2020;  XII - disponibilizar no sítio eletrônico oficial a íntegra do TED celebrado e do Plano de Trabalho atualizado, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura;  XIII - devolver para a Unidade Descentralizadora os rendimentos de aplicação financeira auferidos em parcerias celebradas com recursos do TED, nas hipóteses de restituição previstas na legislação específica; e  XIV - designar os agentes públicos federais que atuarão como gestores titulares e suplentes do TED, no prazo de vinte dias, contado da data da celebração do TED, devendo o ato de designação ser publicado no sítio eletrônico oficial.  XV - disponibilizar, mediante solicitação, documentos comprobatórios da aplicação regular dos recursos aos órgãos de controle e à unidade descentralizadora. | | |
| **5. VIGÊNCIA**  O prazo de vigência deste Termo de Execução Descentralizada será de 25 meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o disposto no art. 10 do Decreto nº 10.426, de 2020.  **Início: data da assinatura Fim:** 31 de dezembro de 2023.  ***Observações:***  *1) O prazo máximo da vigência é de até 60 (sessenta meses); e*  *2) Considerando que a publicação do extrato do TED deve se dar no sítio oficial da Unidade Descentralizadora, sugere-se que o início da vigência seja considerado a contar da data de assinatura.* | | |
| **6.** **VALOR DO TED:**  **R$ 900.000,00** (novecentos mil reais) | | |
| **7. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:**  Ação Orçamentária:  211F - Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais  20KH - Ações Integradas de Cultura e Educação  **NÚMERO PROGRAMA DE TRABALHO:**   |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | --- | | **PROGRAMA DE TRABALHO/PROJETO/ATIVIDADE** | **FONTE** | **NATUREZA DA DESPESA** | **VALOR (EM R$1,00)** | **DATA PREVISTA DE DESCENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA** | |  |  | 33.50.39 | R$ 900.000,00 | dezembro/2021 | |  |  |  |  |  | | | |
| **8. BENS REMANESCENTES** | | |
| O Objeto do Termo de Execução Descentralizada contempla a aquisição, produção ou construção de bens?  ( )Sim  ( X )Não  Se sim, informar a titularidade e a destinação dos bens quando da conclusão do TED: | |  |
| **9. DAS ALTERAÇÕES** | |  |
| Ficam os partícipes facultados a alterar o presente Termo de Execução Descentralizada ou o respectivo Plano de Trabalho, mediante termo aditivo, vedada a alteração do objeto do objeto aprovado    As alterações no plano de trabalho que não impliquem alterações do valor global e da vigência do TED poderão ser realizadas por meio de apostila ao termo original, sem necessidade de celebração de termo aditivo, vedada a alteração do objeto aprovado, desde que sejam previamente aprovados pelas unidades descentralizadora e descentralizada. | |  |
| **10. DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS** | | |
| A Unidade Descentralizada apresentará relatório de cumprimento do objeto conforme previsto no art. 23 do decreto nº 10.426, de 2020, cuja análise ocorrerá pela Unidade Descentralizadora nos termos do art. 24 do mesmo normativo.  Rejeitado total ou parcialmente o relatório de cumprimento do objeto pela Unidade Descentralizadora, deverá a unidade descentralizada instaurar tomada de contas especial para apurar eventuais danos ao erário e respectivos responsáveis para fins de recomposição do erário público.  ***Observações:***  *Os partícipes do TED podem prever que, além da obrigatória tomada de providências para recomposição ao erário, que eventual rejeição do relatório de cumprimento do objeto poderá (ou deverá) gerar ajustes no Plano de Trabalho, inclusive para fins de previsão de prestação alternativa, se houver interesse e viabilidade para tanto, desde que enquadrados nas hipóteses do art. 3º do Decreto nº 10.426/2020.* | | |
| **11. DA DENÚNCIA OU RESCISÃO** | | |
| **11.1. Denúncia** | | |
| O Termo de Execução Descentralizada poderá ser denunciado a qualquer tempo, hipótese em que os partícipes ficarão responsáveis somente pelas obrigações pactuadas e auferirão as vantagens do período em que participaram voluntariamente do TED. | | |
| **11.2. Rescisão** | | |
| Constituem motivos para rescisão do presente TED:  I - o inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;  II - a constatação, a qualquer tempo, de irregularidades na execução do TED; e  III - a verificação de circunstâncias que ensejem a instauração de tomada de contas especial; ou  IV - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior que, mediante comprovação, impeça a execução do objeto. | | |
| **12. SOLUÇÃO DE CONFLITO** | | |
| Para dirimir quaisquer questões de natureza jurídica oriundas do presente Termo, os partícipes comprometem-se a solicitar o auxílio da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Advocacia-Geral da União - CCAF/AGU. | | |
| **13. PUBLICAÇÃO** | | |
| O TED e seus eventuais termos aditivos, que impliquem em alteração de valor ou, ainda, ampliação ou redução de prazo para execução do objeto, serão assinados pelos partícipes e seus extratos serão publicados no sítio eletrônico oficial da Unidade Descentralizadora, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura, conforme disposto no art. 14 do Decreto nº 10.426, de 2020.  As Unidades Descentralizadora e Descentralizada disponibilizarão a íntegra do TED celebrado e do Plano de Trabalho atualizado em seus sítios eletrônicos oficiais no prazo a que se refere o caput. | | |
| **14. ASSINATURA** |  | |
| Local: Rio de Janeiro | Data de Assinatura: | |
| Denise Pires de Carvalho – Reitora  **Universidade Federal do Rio de Janeiro** | | |
| Local: Rio de Janeiro | Data de Assinatura: | |
| Tamoio Athayde Marcondes – Presidente  **Fundação Nacional de Artes** | | |
| ***Observação:*** *Identificação dos responsáveis pela assinatura do TED. Ministro ou dirigente máximo da entidade da administração indireta, ou autoridade à qual foi delegada por estes a competência para assinatura de TED.*  *Delegação não é vedada no Decreto nº 10.426, de 2020, portanto, é permitida.* | | |